



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do
Município

DIA 07 DE JULHO DE 2020 – LEI Nº 3.131 DE 22 DE MAIO DE 2009

ANO 2020

Nº 027

Prefeitura Municipal de Coromandel LEI Nº 4.053 DE 10 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA DOAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017”

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVA, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de bem imóvel, nos termos da Lei Complementar nº 153 de 07 de novembro de 2017, ao Sr. TARCISIO GONÇALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, juridicamente capaz, inscrito no CPF/MF sob nº 041.214.956-75, do seguinte bem imóvel:

“Lote de terreno, nº009, Quadra 024, Setor 016, situado no Bairro Brasil Novo, na Rua Marcílio de Castro, nº72, de propriedade do Município de Coromandel-MG”.

Art.2º. A escritura pública de doação deverá ser gravada com as cláusulas de restrição e reversão constante da Lei Complementar nº 153 de 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 10 de abril de 2019.

**Dione Maria Peres
PREFEITA MUNICIPAL**

LEI Nº 4.054 DE 10 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA DOAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017”

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVA, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de bem imóvel, nos termos da Lei Complementar nº 153 de 07 de novembro de 2017, a Sra. VERIDES TEIXEIRA DE ARAÚJO, brasileira, solteira, juridicamente capaz, inscrita no CPF/MF sob nº 076.202.026-17 e RG nºMG-11.795.170, do seguinte bem imóvel:

“Lote de terreno, nº0147, Quadra 028, Setor 016, situado no Bairro Brasil Novo, na Rua Fernando da Silva Marra, nº282, de propriedade do Município de Coromandel-MG”.

Art.2º. A escritura pública de doação deverá ser gravada com as cláusulas de restrição e reversão constante da Lei Complementar nº 153 de 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 10 de abril de 2019.

**Dione Maria Peres
PREFEITA MUNICIPAL**

LEI Nº 4.055 DE 10 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA DOAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017”

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVA, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de bem imóvel, nos termos da Lei Complementar nº 153 de 07 de novembro de 2017, ao Sr. JOSÉ EUSTÁQUIO DA SILVA, brasileiro, viúvo, juridicamente capaz, inscrito no CPF/MF sob nº 481.718.836-72 e RG nºM2664627 SSPMG, do seguinte bem imóvel:

“Lote de terreno, nº0480, Quadra 028, Setor 016, situado no Bairro Brasil Novo, na Rua Manoel Jacinto da Silva, nº3008, de propriedade do Município de Coromandel-MG”.

Art.2º. A escritura pública de doação deverá ser gravada com as cláusulas de restrição e reversão constante da Lei Complementar nº 153 de 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 10 de abril de 2019.

**Dione Maria Peres
PREFEITA MUNICIPAL**

LEI Nº 4.056 DE 10 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA DOAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017”

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVA, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de bem imóvel, nos termos da Lei Complementar nº 153 de 07 de novembro de 2017, ao Sr. RONILDO BARBOSA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, juridicamente capaz, inscrito no CPF/MF sob nº 097.403.126-75, do seguinte bem imóvel:

“Lote de terreno, nº157, Quadra 028, Setor 016, situado no Bairro Brasil Novo, na Rua Fernando da Silva Marra, nº292, de propriedade do Município de Coromandel-MG”.

Art.2º. A escritura pública de doação deverá ser gravada com as cláusulas de restrição e reversão constante da Lei Complementar nº 153 de 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 10 de abril de 2019.

Dione Maria Peres
PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 4.057 DE 10 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA DOAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017”

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVA, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação de bem imóvel, nos termos da Lei Complementar nº 153 de 07 de novembro de 2017, a Sra. VANILZA GONÇALVES DE ARAÚJO, brasileira, casada, juridicamente capaz, inscrita no CPF/MF sob nº 104.210.196-54, do seguinte bem imóvel:

“Lote de terreno, nº198, Quadra 019, Setor 016, situado no Bairro Brasil Novo, na Rua José Teixeira Neto, nº81, de propriedade do Município de Coromandel-MG”.

Art.2º. A escritura pública de doação deverá ser gravada com as cláusulas de restrição e reversão constante da Lei Complementar nº 153 de 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 10 de abril de 2019.

Dione Maria Peres
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº DE 115 DE 30 DE JUNHO DE 2020

“REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, E DISPÕE SOBRE O USO DA DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG.”

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e demais legislação municipal, bem como o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei

nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** **OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

Art. 1º – Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, e também, Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE], do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar [PNATE] e do Programa Dinheiro Direto na Escola Básico [PDDE], do FNDE, nos termos da Decisão TCU - Acórdão 3061/2019 – Plenário, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

§2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

§3ºAs empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto, inclusive o disposto no Capítulo XVII, observados os limites de que trata o art. 29 da referida Lei.

PRINCÍPIOS

Art. 2º – O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

DEFINIÇÕES

Art. 3º – Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a] –a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

b] – a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e

c] – o endereço eletrônico no qual ocorrerá a

sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

X - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a] - os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b] - o critério de aceitação do objeto;

c] - os deveres do contratado e do contratante;

d] - a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e] - os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f] - o prazo para execução do contrato; e

g] - as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos

termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

VEDAÇÕES

Art. 4º - O pregão, na forma eletrônica, não se aplica

a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS FORMA DE REALIZAÇÃO

Art. 5º - O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio de sistemas próprios, ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

Parágrafo único. O sistema de que trata o *caput* será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

ETAPAS

Art. 6º - A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recursal;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 7º - Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço, maior lance, menor desconto e maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º - O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

- X** - documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI**- proposta de preços do licitante;
- XII** - ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:
- a]** -os licitantes participantes;
 - b]** -as propostas apresentadas;
 - c]**-os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
 - d]**-os lances ofertados, na ordem de classificação;
 - e]** -a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
 - f]** -a aceitabilidade da proposta de preço;
 - g]**-a habilitação;
 - h]** - a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
 - i]** -os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
 - j]** -o resultado da licitação;
- XIII** - comprovantes das publicações:
- a]** - do aviso do edital;
 - b]**- do extrato do contrato; e
 - c]** -dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
- XIV** - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO CREDENCIAMENTO

Art. 9º – A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

LICITANTE

Art. 10 – Na hipótese de pregão promovido por pelos órgãos da administração pública municipal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais, o credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio no sistema de pregão eletrônico escolhido pela Administração Municipal.

Art. 11 – O credenciamento no sistema de pregão eletrônico escolhido pela Administração Municipal, permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

CAPÍTULO IV DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DA LICITAÇÃO

Art. 12 – O pregão, na forma eletrônica, será

conduzido pelo órgão ou pela entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional do Setor de Compras e Licitações, que atuará como provedora de plataforma de pregão eletrônica escolhida pela Administração Pública Municipal.

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 13 –Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

- I** - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II** - indicar o provedor do sistema;
- III** - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV** - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V** - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI** - homologar o resultado da licitação; e
- VII** - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 14 –No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I** - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
- II** - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
- III** - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- IV** - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e
- V** - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.
- VI** -Valor estimado ou valor máximo aceitável

Art. 15 – O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances ou negociação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

DESIGNAÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 16 – Caberá à autoridade máxima do órgão ou da

entidade, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação; e

II - os membros da equipe de apoio serão, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou da entidade promotora da licitação.

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 2º Os órgãos e as entidades de que trata o § 1º do art. 1º estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

DO PREGOEIRO

Art. 17 –Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

DA EQUIPE DE APOIO

Art. 18 – Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

DO LICITANTE

Art. 19 – Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente na plataforma de pregão eletrônico escolhida pela Administração Pública Municipal, conforme o art. 5º;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema de pregão eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

CAPÍTULO VI DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

PUBLICAÇÃO

Art. 20–A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município de Coromandel e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação.

EDITAL

Art. 21–A Administração Pública Municipal disponibilizará a íntegra do edital no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão e no portal do sistema utilizado para a realização do pregão.

MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Art. 22– Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

ESCLARECIMENTOS

Art. 23 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 [dois] dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

IMPUGNAÇÃO

Art. 24 –Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 03 [três] dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação

no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PRAZO

Art. 25 – O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a 08 [oito] dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE

Art. 26 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 3º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 4º A falsidade da declaração de que trata o § 3º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 5º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 6º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 7º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 8º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

CAPÍTULO VIII DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES HORÁRIO DE ABERTURA

Art. 27 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de

acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

Art. 28 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 29 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

Art. 30 – Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

MODOS DE DISPUTA

Art. 31 – Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

MODOS DE DISPUTA ABERTO

Art. 32 – No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 [dez] minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 [dois] minutos do período de duração da

sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de 02 [dois] minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

Art. 33 – No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 [dez] minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% [dez por cento] superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 [cinco] minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, 03 [três] ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 [três], poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 [cinco] minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 [três], na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 [cinco] minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

Art. 34 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 35 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 [dez] minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 [vinte e quatro] horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 36 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 37 – Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

Art. 38 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, 02 [duas] horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

JULGAMENTO DA PROPOSTA

Art. 39 – Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X

DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 40– Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à qualificação econômico-financeira;
- IV - à regularidade fiscal e trabalhista;
- V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e
- VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo CRC ou sistema semelhante mantido pela Administração Pública Municipal.

Art. 41 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 42 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO

Art. 43 – Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

§ 1º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 2º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 3º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 4º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação.

§ 5º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI DO RECURSO

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 44 – Declarado o vencedor, qualquer licitante

poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 [três] dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 [três] dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 45 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

PREGOEIRO

Art. 46 – Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO ERROS OU FALHAS

Art. 47 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 [vinte e quatro] horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV DA CONTRATAÇÃO ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 48 – Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos

complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV DA SANÇÃO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Art. 49 – Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 5 [cinco] anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública Municipal.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Diário Oficial do Município de Coromandel/MG.

CAPÍTULO XVI DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 50 – A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA APLICAÇÃO

Art. 51. A Administração Pública Municipal adotará o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica ocorrerá a partir da data de publicação do ato de que trata o § 1º.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 52 – Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 53 – Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 54 – Para fins de contratação, será exigida do adjudicatário a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

Art. 55 – Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, no prazo fixado no edital, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para, realizada a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no edital e das demais cominações legais.

Art. 56 – As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 57 – Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

REVOGAÇÃO

Art. 58 – Fica revogado os artigos 24 a 32 do Decreto Municipal nº 2.706 de 10 de agosto de 2006, do Município de Coromandel/MG.

VIGÊNCIA

Art. 59 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60 – Aplicam-se a este Decreto, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei 10.520/2002 e suas respectivas alterações.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, 30 de junho de 2020.

DIONE MARIA PERES
Prefeita Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua Artur Bernardes 170, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.591.149/0001-58, neste ato representada pela Prefeita Municipal **Sra. DIONE MARIA PERES**, brasileira, divorciada, agente político, CPF/MF sob o nº 351.861.786-91, residente e domiciliada nesta cidade, torna público, nos termos do **artigo 29 da Lei nº 13.019/2014** (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil,...) alterada pela Lei nº 13.204/2015, **JUSTIFICA** a ausência da realização do chamamento público, para realização da parceria com a **ASSOCIAÇÃO ARCA DE NOÉ**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 26.303.724/0001-06 para o desempenho de atividades estatutárias. Para mais informações consulte o Setor de Licitações na Rua Artur Bernardes, 170, centro, Coromandel-MG, ou pelo telefone 34-3841.1344.

Coromandel-MG, 30 de junho de 2020.

DIONE MARIA PERES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Coromandel
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público para o conhecimento dos interessados os extratos dos termos aditivos a seguir:

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 109/2018, referente à Tomada de Preços de nº 04/2018, Processo 061/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico em CBUQ, em vias públicas, incluindo a execução de meio-fio, sarjetas e rampas de acessibilidade, conforme contrato de repasse nº 849739/2017, firmado entre o município de Coromandel e o Ministério das Cidades por meio da Caixa Econômica Federal. Partes: Município de Coromandel e Falk Construtora Ltda- CNPJ- 01.901.632/0001-99. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do prazo de vigência do contrato nº 109/2018 por mais 06 meses. Nova Vigência: 23/06/2020 à 31/12/2020. Informações: Setor de Licitação à Rua Artur Bernardes, 170- Centro- Fone: 034- 3841-1344. Coromandel, 23 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 108/2018, referente à Tomada de Preços de nº 03/2018, Processo 060/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico em CBUQ, em vias públicas, incluindo a execução de meio-fio, sarjetas e rampas de acessibilidade, conforme contrato de repasse nº 849742/2017, firmado entre o município de Coromandel e o Ministério das Cidades por meio da Caixa Econômica Federal. Partes: Município de Coromandel e Falk Construtora Ltda- CNPJ- 01.901.632/0001-99. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do prazo de vigência do contrato nº 108/2018 por mais 06 meses. Nova Vigência: 19/06/2020 à 31/12/2020. Informações: Setor de Licitação à Rua Artur Bernardes, 170- Centro- Fone: 034- 3841-1344. Coromandel, 19 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 94/2018, referente à TP de nº 01/2018, Processo nº036/2018. Objeto: Contr. de empresa espec. em engenharia, para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico em CBUQ, incluindo a execução de meio-fio, sarjetas e rampas de acessibilidade, conforme contrato de repasse nº 849276/2017, firmado entre o município de Coromandel e o MCidades, por meio da CEF. Partes: Município de Coromandel e Falk Construtora Ltda –

CNPJ: 01.901.632/0001-99. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do contrato por mais 06 meses. Vigência: 05/06/2020 a 31/12/2020. Informações: Setor de Licitação à Rua Artur Bernardes, 170- Centro- Fone: 034- 3841-1344. Coromandel, 05 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público para o conhecimento dos interessados os avisos de licitações a seguir:

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 20 de Julho de 2020 às 9:00 hs o Processo Licitatório de nº 095/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 10/2020, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de uniformes, bolsas e botinas de segurança para atender o setor de endemias para ações de controle e combate ao mosquito da dengue no município de Coromandel-MG. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 20 de Julho de 2020 às 14:00 hs o Processo Licitatório de nº 096/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 11/2020, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de medicamentos para atender mandado judicial, conforme especificações do termo de referência. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 14 de Julho de 2020 às 14:00 hs o Processo Licitatório de nº 097/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 12/2020-SRP, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de medicamentos em caráter de emergência para atender a Secretaria Municipal de Saúde nas ações relacionadas a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da pandemia de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS-COVID-19, conforme Art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Art. 3º do Decreto Estadual NE nº 113 DE 12/03/2020, Decreto Municipal nº 058 de 19/03/2020, Medida Provisória nº 926 de 20 de Março de 2020, Art. 4º-G e Protocolo Municipal de Tratamento Precoce(com foco na fase 01). Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 21 de Julho de 2020 às 9:00 hs o Processo Licitatório de nº 098/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 13/2020-SRP, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de materiais médico hospitalares para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Coromandel-MG, conforme especificações do termo de referência. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 15 de Julho de 2020 às 9:00 hs o Processo Licitatório de nº 099/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 14/2020, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de proteção individual em caráter de emergência em saúde pública, para atender a UPA- Unidade de Pronto Atendimento Municipal Dr. Sebastião Machado, para custeio das

ações de saúde relacionadas à prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da pandemia de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS-COVID-19, conforme Art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Art. 3º do Decreto Estadual NE nº 113 DE 12/03/2020, Decreto Municipal nº 058 de 19/03/2020 e Medida Provisória nº 926 de 20 de Março de 2020, Art. 4º-G. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 22 de Julho de 2020 às 9:00 hs o Processo Licitatório de nº 100/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico de nº 15/2020-SRP, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de medicamentos para atender a Farmácia de Todos, relacionadas na Remume- relação de medicamentos especiais, para atender os usuários do SUS- Sistema Único de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do termo de referência. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, realizará no dia 07 de Agosto de 2020 às 9:00 hs o Processo Licitatório de nº 101/2020, na Modalidade de Concorrência Pública de nº 01/2020, do Tipo Maior Oferta, cujo objeto é a doação com encargos de bens imóveis públicos, de propriedade do município, para fomento da atividade econômica, em conformidade com a Lei Complementar nº 154 de 17 de Novembro de 2017 e Lei Complementar nº 162 de 18 de Setembro de 2018, nos termos constantes do instrumento convocatório e seus anexos. Editais e inf. no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 06 de Julho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles- Presidente da CPL.

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados os extratos dos contratos a seguir, conforme art. 61 da Lei 8.666/93:

Pregão Eletrônico nº 002/2020 - Processo Licitatório nº 075/2020. Objeto Aquisição de gêneros alimentícios e itens de higiene que compõem o kit "Auxílio Emergencial Escolar" por família, para distribuição aos pais ou responsáveis pelos alunos da rede de ensino do município (Ensino Fundamental), em caráter emergencial, durante o período de suspensão das atividades escolares, decorrente de ações de enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia COVID-19, em conformidade com a Lei Federal nº 13.987, de 07 de Abril de 2020 e Lei Municipal nº 4.515 de 17 de Abril de 2020, recursos PNAE e recursos próprios, **referente aos contratos:**

Contrato nº 123/2020. Partes: Município de Coromandel e AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA -CNPJ: 66.476.052/0001-47. Valor Global: **R\$223.128,90**

Contrato nº 124/2020. Partes: Município de Coromandel e MERCEARIA CACHOEIRA DOURADA LTDA ME - CNPJ: 23.383.284/0001-48. Valor Global: **R\$10.962,00.** Vigência dos contratos: 15/06/2020 a 31/12/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 15 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Pregoeira.

Pregão Presencial nº 047/2020 - Processo Licitatório nº 080/2020. Objeto: Aquisição de lençóis descartáveis em TNT, em caráter de emergência em saúde pública, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, no enfrentamento e combate da pandemia de importância internacional decorrente do

CORONAVÍRUS- COVID-19, conforme Art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Art. 3º do Decreto Estadual NE nº 113 de 12/03/2020, Decreto Municipal nº 058 de 19/03/2020 e Medida Provisória nº 926 de 20 de Março de 2020, Art. 4º-G, **referente ao Contrato nº 126/2020. Partes: Município de Coromandel e VDM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E UNIFORMES LTDA - EPP - CNPJ: 06.921.384/0001-61.** Valor Global: **R\$14.300,00.** Vigência: 19/06/2020 a 19/09/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 19 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Pregoeira.

Pregão Presencial nº 044/2020 - Processo Licitatório nº 076/2020. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de pintura do Ginásio Poliesportivo Fernando Oliveira Borges "Borjão", situado no Bairro Mangabeiras, conforme itens da planilha orçamentária e memorial descritivo, com fornecimento de todos os materiais, referente ao Contrato nº 127/2020. **Partes: Município de Coromandel e JOSÉ BORGES RODRIGUES 53648471600 - ME - CNPJ: 14.300.959/0001-57.** Valor Global: **R\$17.800,00.** Vigência: 22/06/2020 a 22/10/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 22 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Pregoeira.

Pregão Presencial nº 046/2020 - Processo Licitatório nº 078/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia com modificação e extensão de rede, com instalação de transformadores, postes e luminárias, para melhoria da iluminação pública no perímetro urbano do município de Coromandel-MG, com reserva de itens para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, referente ao Contrato nº 128/2020. Partes: Município de Coromandel e **ELETRO EPCEL LTDA EPP - CNPJ: 04.163.744/0001-88.** Valor Global: R\$653.000,00. Vigência: 22/06/2020 a 31/12/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 22 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Pregoeira.

Pregão Eletrônico nº 003/2020 - Processo Licitatório nº 079/2020. Objeto: Aquisição de Unidade Móvel (Castramóvel), através da Emenda Parlamentar nº 12157.307000/1190-03, para atender o Centro de Controle de Zoonoses Vila dos Cães, do município de Coromandel-MG, referente ao Contrato nº 129/2020. Partes: Município de Coromandel e **EURO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA - CNPJ 34.156.855/0001-28.** Valor Global: **R\$194.800,00.** Vigência: 25/06/2020 a 31/12/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 25 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Pregoeira.

Tomada de Preços nº 001/2020 - Processo Licitatório nº 018/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução de obras de pavimentação asfáltica em CBUQ- Concreto Betuminoso Usinado a Quente na Rua José da Silva Né, no Bairro Santa Maria, incluindo o assentamento de meio-fio, sarjetas e sinalização horizontal, no município de Coromandel-MG, conforme Convênio nº 1491000297/2019/SEGOV, com fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada, referente ao Contrato nº 130/2020. Partes: Município de Coromandel e **FALK CONSTRUTORA LTDA - CNPJ:01.901.632/0001-99.** Valor Global: R\$122.001,14. Vigência: 30/06/2020 a 30/06/2021. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 30 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

Tomada de Preços nº 003/2020 - Processo Licitatório nº 081/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico em CBUQ- Concreto Betuminoso Usinado a Quente, em vias públicas do município de Coromandel-MG e no Distrito do Pântano de Santa Cruz, com

recursos de Emenda Parlamentar, referente ao Contrato nº 131/2020. Partes: Município de Coromandel e **FALK CONSTRUTORA LTDA - CNPJ:01.901.632/0001-99**. Valor Global: R\$250.000,00. Vigência: 30/06/2020 a 30/06/2021. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 30 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

Tomada de Preços nº 004/2020 - Processo Licitatório nº 082/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obras de pavimentação e recapeamento asfáltico em CBUQ- Concreto Betuminoso Usinado a Quente, em vias urbanas do município de Coromandel-MG e no Distrito do Alegre, com recursos provenientes da parcela do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção, referente ao Contrato nº 132/2020. Partes: Município de Coromandel e **FALK CONSTRUTORA LTDA - CNPJ:01.901.632/0001-99**. Valor Global: R\$179.730,90. Vigência: 30/06/2020 a 30/06/2021. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 30 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles – Presidente da CPL.

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados o extrato do contrato (ata de registro de preços) a seguir, conforme art. 61 da Lei 8.666/93:

Pregão Presencial 041/2020 - SRP – Processo 072/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de guincho de veículos e máquinas, para atender a Prefeitura Municipal de Coromandel – MG, referente à **Ata de Registro de Preços nº 125/2020**. Partes: Município de Coromandel e **GUINCHO E AUTO SOCORRO CLAUDIO LTDA – ME – CNPJ: 07.045.590/0001-18**. Valor Global: R\$316.716,55. Vigência: 15/06/2020 à 31/12/2020. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel, 15 de junho de 2020. Nilda Maria dos Anjos Dorneles - Pregoeira.

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados a aplicação de penalidade a seguir:

APLICAÇÃO DE PENALIDADE - MULTA - Pela inexecução da Ata de Registro de 188/2019 - Processo Licitatório 092/2019, Pregão Presencial 053/2019 - decorrente da não entrega dos itens constantes em ordem de fornecimento, fica aplicada a empresa **Soma MG Produtos Hospitalares Ltda – CNPJ: 12.927.876/0001-67** MULTA de 100 % (cem por cento) do valor do documento de empenhamento, com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei 8666/93. A empresa Soma MG Produtos Hospitalares Ltda apresentou recurso administrativo, cujas razões não prosperaram. Informações no e-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br, pelo telefone 34-3841-1344, ou na sede da prefeitura municipal à Rua Artur Bernardes nº 170. Coromandel-MG, 01 de julho de 2020. Antônio Eustáquio Lemes – Secretário Municipal de Finanças.

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados os avisos de homologações a seguir:

Pregão Eletrônico nº 001/2020 - Processo Licitatório nº 068/2020. Objeto: Aquisição de mobiliários e eletrodomésticos para atender Secretarias e Setores da Prefeitura de Coromandel-MG, recursos QESE- Qota Estadual Salário Educação, Piso Mineiro e Recursos Próprios, em favor das empresas: TEREZA MARSCHAL MARTINS EIRELI – ME – CNPJ: 27.022.070/0001-05. Valor Global: R\$18.487,80. AUTOMATIZA BRASIL LTDA – ME- CNPJ:13.833.079/0001-83. Valor Global: R\$ 1.566,00. KM INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – CNPJ: 17.344.993/0001-11. Valor Global: R\$24.616,00, BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS - CNPJ: 09.053.748/0001-27. Valor Global: R\$ 3.570,00. Coromandel-MG, 05 de junho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

Pregão Eletrônico nº 002/2020 - Processo Licitatório nº 075/2020. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e itens de higiene que compõem o kit “Auxílio Emergencial Escolar” por família, para distribuição aos pais ou responsáveis pelos alunos da rede de ensino do município, em caráter emergencial, durante o período de suspensão das atividades escolares, decorrente de ações de enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia COVID-19, em conformidade com a Lei Federal nº 13.987, de 07 de Abril de 2020 e Lei Municipal nº 4.515 de 17 de Abril de 2020, recursos PNAE e recursos próprios, em favor das empresas: Amazônia Indústria e Comercio Ltda – CNPJ: 66.476.052/0001-47. Valor Global: R\$ 223.128,90 e Mercaria Cachoeira Dourada Ltda – CNPJ: 23.383.284/0001-48. Valor Global: R\$ 10.962,00. Coromandel-MG, 15 de junho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

Pregão Eletrônico nº 003/2020 - Processo Licitatório nº 079/2020. Objeto: Aquisição de Unidade Móvel (Castramóvel), através da Emenda Parlamentar nº 12157.307000/1190-03, para atender o Centro de Controle de Zoonoses Vila dos Cães, do município de Coromandel-MG, em favor da empresa: Euro Implementos Rodoviários Ltda – CNPJ: 34.156.855/001-28. Valor Global: R\$ 194.800,00. Coromandel-MG, 25 de junho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

Pregão Presencial nº 042/2020 - Processo Licitatório nº 073/2020. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higienização, em caráter de emergência em saúde pública, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, no enfrentamento e combate da pandemia de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS- COVID-19, conforme Art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Art. 3º do Decreto Estadual NE nº 113 de 12/03/2020 e Decreto Municipal nº 058 de 19/03/2020, em favor das empresas: ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA – ME – CNPJ: 12.461.122/0001-64. Valor Global: R\$2.190,00. TEREZA MARSCHAL MARTINS EIRELI – ME-CNPJ: 27.022.070/0001-05. Valor: R\$1.181,80. Coromandel-MG, 08 de junho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

Pregão Presencial nº 047/2020 - Processo Licitatório nº 080/2020. Objeto: Aquisição de lençóis descartáveis em TNT, em caráter de emergência em saúde pública, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, no enfrentamento e combate da pandemia de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS- COVID-19, conforme Art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Art. 3º do Decreto Estadual NE nº 113 de 12/03/2020, Decreto Municipal nº 058 de 19/03/2020 e Medida Provisória nº 926 de 20 de Março de 2020, Art. 4º-G, em favor da empresa: VDM Equipamentos de Segurança e Uniformes LTDA-CNPJ: 06.921.384/0001-61. Valor: R\$14.300,00. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel-MG, 19 de junho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

Tomada de Preços 05/2020 – Processo 083/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, para construção de Creche Proinfância- Tipo 02- Padrão FNDE, na Rua Maria Joana Costa s/n no Distrito do Pântano de Santa Cruz, em Coromandel-MG, conforme Termo de Compromisso-202002840-1, celebrado entre o município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em favor da empresa: Séculus Construtora Ltda – CNPJ: 03.698.525/0001-30. Valor Global: R\$ 1.827.857,00. Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: (0xx34) 3841-1344. Coromandel-MG, 01 de julho de 2020. Dione Maria Peres. Prefeita Municipal.

EXPEDIENTE
IMPrensa Oficial do Município
Órgão informativo da Prefeitura Municipal de Coromandel
Responsável: Jorge Adriano de Oliveira Xavier
Rênio Batista Sabino
Impressão: Prefeitura Municipal de Coromandel
(34) 3841-1344